

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****1. INTRODUÇÃO**

No presente relatório, além dos dados históricos da evolução do capital social, apresentamos atualização de informações sobre o FUNDEPAR-ES no exercício de 2022, de acordo com as demonstrações financeiras e dados gerenciais. Este documento dimensiona as carteiras de clientes e o resultado do fundo, lista as responsabilidades do BANDES enquanto seu banco operador e gestor.

**2. GOVERNANÇA**

O Fundo de Desenvolvimento e Participação do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi instituído pela Lei 9.905 de 11/09/2012, destinado a apoiar, financeiramente, projetos de investimentos e programas prioritários para o desenvolvimento econômico e social do estado. A legislação estabelece que seus recursos possam ser aplicados nas modalidades de participação acionária e subscrição de debêntures, conversíveis ou não, subscrição de cotas de participação de empreendimentos, concessão de financiamentos e pré-investimentos na forma de estudos, projetos e pesquisas.

Foi criado através do Decreto nº 3176-R de 19/12/2012, o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES com a finalidade de disciplinar e administrar seus recursos, é composto por representante da Secretaria de Desenvolvimento - SEDES, Secretária da Fazenda - SEFAZ, Secretária de Economia e Planejamento - SEP, representando do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES e dois representantes de indicação do governador. Ao Conselho Gestor cabe examinar as contas do fundo, estabelecer normas, prioridades e diretrizes, acompanhar o desempenho do mesmo e alterar seu regulamento.

Ao BANDES, como banco operador, compete prestar os serviços técnicos necessários à sua operacionalização, cobrança administrativa dos créditos, administração dos títulos e valores, tendo por obrigação manter em ordem os documentos, representar o fundo nos instrumentos de formalização de apoio financeiro e nas assembleias gerais de companhias beneficiárias, manter o Conselho Gestor informado de qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDEPAR-ES, elaborar balancetes mensais e demonstrações financeiras anuais, contratar auditores independentes, publicar em sua página na internet as demonstrações financeiras, dentre outras.

**3. RECURSOS DO FUNDO**

O FUNDEPAR-ES teve início com dotação orçamentária do Governo do Estado de R\$ 200 milhões, creditados ao FUNDEPAR-ES em 26 de abril de 2013.

Por meio de resoluções do Conselho Gestor, amparados no artigo 3º parágrafo único que prevê a possibilidade de aporte do FUNDEPAR-ES no aumento de capital do BANDES, bem como parecer da PGE nº 0014/2915, foram deliberados integralizações de recursos no BANDES de R\$ 70 milhões, pela Resolução nº 19/2015, e de R\$ 25 milhões, Resolução nº 23/2016. Esses aportes de recursos no BANDES ocorreram conforme exarado nas respectivas resoluções e foram efetivadas com a emissão de ações em favor do Estado do Espírito Santo, com a consequente retirada de R\$ 95 milhões do capital social do FUNDEPAR-ES.

Outras autorizações foram decididas pelo Conselho Gestor, sob as Resoluções nº. 25 e 27 do ano de 2017, porém não foram efetivadas.

No exercício social de 2022, o fundo auferiu remuneração sobre os recursos disponíveis em valores superiores ao do ano anterior, R\$ 2.287 mil (R\$ 522 mil, em 2021).

**4. MODALIDADES DE APOIO E CARTEIRA DE PROJETOS**

A seguir, relacionamos a carteira de projetos apoiada pelo FUNDEPAR-ES de acordo com as modalidades regulamentadas.

Ressalvamos que a partir da Resolução nº 07/2014, no mínimo 50% dos recursos FUNDEPAR-ES deverão ser destinados para implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos estratégicos ou de alta intensidade tecnológica localizados fora da área de abrangência da SUDENE e da Grande Vitória.

Em dezembro de 2021, foi aprovada através da Resolução nº 40/2021, com vigência a partir em 01 de janeiro de 2022, a alteração nas condições das linhas FUNDEPAR / Investimento Sul, FUNDEPAR / Investimento e FUNDEPAR / Renegociação com a redução de taxas de juros e del credere. As consolidações das novas condições das linhas foram aprovadas através das Resoluções nº 42/2022 e 43/2022 de 20 de abril de 2022.

A Resolução nº 47/2022 de 02/07/2022 aprovou alteração da Resolução nº 42/2022 que trata da linha de financiamento FUNDEPAR/Investimento Sul.

**4.1. Participação Acionária Direta e Indireta por meio de Fundos**

O FUNDEPAR-ES não tem em seu histórico nenhum registro de apoio direto em empresas, nem em forma indireta por meio de aplicação em fundos de capital emergente.

**4.2. Financiamento de Longo Prazo Desenvolvimento Regional e Debêntures**

A carteira de projetos de financiamento de longo prazo, que inclui a modalidade na linha desenvolvimento regional ou debêntures, é composta de:

Empresa	Resolução		Município	Valores em R\$ mil
	Nº	Data		
Librelato S/A Implementos Rodoviários	4	30/01/2014	Linhares	R\$ 10.147,80
Companhia de Alimentos Uniaves	5	30/01/2014	Castelo	R\$ 22.522,30
Volare Veículos Ltda.	6	30/06/2014	São Mateus	R\$ 30.000,00
Pw Brasil Export S/A	9	08/12/2014	Baixo Guandu	R\$ 4.000,00
Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A	17	21/10/2015	Presidente Kennedy	R\$ 26.960,00
Hubner Componentes e Sistemas Automotivos	46	12/07/2022	Linhares	R\$ 12.693,00

**4.2.1. Linha Desenvolvimento Regional**

A linha FUNDEPAR-ES Desenvolvimento Regional foi criada por meio da Resolução nº 02/2013, possui condições especiais, prazos e garantias diferenciados, e o custo para o tomador pode reduzir a juros zero. Destina-se a projetos considerados de importância estratégica no desenvolvimento do Estado. Os projetos aprovados datam dos anos de 2014 e 2015: Librelato, Uniaves e Volare, dos quais apenas os dois últimos encontram-se ativos.

O Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, por meio das Resoluções n.º 37 e 38/2020, rescindiu unilateralmente o contrato de financiamento firmado com a Librelato S/A Implementos Rodoviários em 28 de março de 2014. Em 11 de novembro de 2020 o BANDES formalizou a rescisão contratual e publicou no DIO-ES em 12 de novembro de 2020.

Em 12 de julho de 2022, por meio da Resolução nº 46/2022, foi aprovado o apoio financeiro a empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos através da linha FUNDEPAR/Desenvolvimento Regional no total de R\$ 12.694 mil, por meio da transferência de imóveis localizados no município de Linhares, para implantação de uma distribuidora de produtos para implementos rodoviários.

**4.2.2. Modalidade Emissão de Debêntures**

O apoio financeiro por meio de debêntures foi normatizado por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2015.

Na carteira de debêntures lista-se dois projetos ativos de titularidade das empresas PW Brasil Export S/A e Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A. O projeto da PW Brasil destinou-se à implantação de nova unidade fabril, no município de Baixo Guandu, destinados a inversões fixas exclusivamente na rubrica obras civis no total de R\$ 4 milhões.

O projeto PW Brasil Export S/A foi inicialmente aprovado na modalidade de financiamento com garantia fidejussória. Esse apoio foi alterado por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 14/2015, de 28 de outubro de 2015, para emissão de debêntures conversíveis em ações, com garantia real.

A liberação da primeira tranche de recursos ocorreu em 14 de março de 2016. O Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES teve até 14 de março de 2022 para decidir sobre a conversão das debêntures.

Em relação à implantação do Porto Central, foram publicados os Decretos nº 1.825-S de 27/08/2013, 1.690-S de 01/08/2014 e 3.650-R de 23/08/2014. Os Decretos 1.825-S/2013 e 1.690-S/2014 tratam de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de áreas de terras do município de Presidente Kennedy destinadas à implantação de complexo industrial portuário. A operacionalização desse apoio, preconizada no decreto regulamentador acima prevê as seguintes etapas:

1. Os recursos do FUNDEPAR serão transferidos para o Estado do Espírito Santo, diretamente ou por meio de depósito judicial, por ser este o ente público responsável pela desapropriação das áreas;
2. O Estado integralizará no FUNDEPAR todos os direitos decorrentes das ações de desapropriação resultantes dos Decretos nº 1825-S, de 26 de agosto de 2013 e 1690-S, de 01 de agosto de 2014;
3. O FUNDEPAR cederá ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A os direitos sobre as glebas de que trata o presente em troca de debêntures,

conversíveis ou não em ações, emitidas em favor do FUNDEPAR, com garantia real das áreas cedidas;

4. Os prazos, a forma de remuneração das debêntures e os mecanismos para transformação em ações serão propostas pelo Comitê Gestor do FUNDEPAR, na forma da lei.

Em 28 de agosto de 2014 foram feitos cinco depósitos judiciais nos seguintes valores: R\$ 21.000 mil, R\$ 1.750 mil, R\$ 3.540 mil, R\$ 347 mil e R\$ 323 mil. Ainda em relação ao projeto Porto Central, existe outro decreto, sob nº 2.122-S de 16 de outubro de 2014, com objetivo de desapropriação de terras no município de Itapemirim cujas despesas ocorrerão por conta do FUNDEPAR-ES, mas até o término do exercício social de 2022 nenhuma medida adveio dessa publicação.

A assembleia geral extraordinária dos acionistas da emissora, realizada em 18 de outubro de 2022, deliberou e aprovou uma emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, com base na Lei nº 9.905, de 11 de setembro de 2012, Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2015 e Resolução FUNDEPAR-ES nº 17/2015, esta última posteriormente alterada e consolidada pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 31/2017 e pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 36/2020, e demais disposições legais aplicáveis para subscrição pelo FUNDEPAR-ES.

O montante da emissão de debêntures será limitado ao total dos recursos financeiros, neste caso entendido como o valor atualizado do depósito judicial de R\$ 41.558 mil na data de 12 de setembro de 2022, realizado no âmbito das ações de desapropriação, acrescidos dos gastos administrativos realizados pelo Estado do Espírito Santo para a condução das ações de desapropriação pelo total atualizado de R\$ 1.169 mil, aprovado pelo Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, nos termos das Resoluções FUNDEPAR-ES nº 13 de 28 de outubro de 2015, nº 17 de 21 de dezembro de 2015, nº 31 de 21 de dezembro de 2017 e nº 36 de 30 de abril de 2020, para subscrição e integralização de debêntures conversíveis ou não conversíveis em ações, no total de até R\$ 42.727 mil.

Em 21 de dezembro de 2022 foi assinado o boletim de subscrição e integralização de debêntures através dos atos normativos e autorizações: Lei nº 9.905/2012, Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2015 e Resolução FUNDEPAR-ES nº 17/2015, esta última posteriormente alterada e consolidada pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 31/2017 e pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 36/2020, e demais disposições legais aplicáveis, para subscrição pelo FUNDEPAR-ES; A assembleia geral extraordinária dos acionistas da emissora realizada em 18 de outubro de 2022, cuja ata foi arquivada na JUCEES sob nº 20221752714, em 27 de outubro de 2022, e publicada no Diário Oficial a escritura pública lavrada no 1º Ofício Tabelionato de Notas da Comarca de Vitória, livro 1.545 às fls. 092 a 109.

A empresa Imetame Logística S/A, por meio da Resolução nº 11/2015, teve enquadrado seu projeto de implantação de terminal portuário de uso privado, no município de Aracruz, mas até o final de 2022 não apresentou o projeto definitivo.

A empresa Techno-Cells Indústria de Semicondutores Solares ES LTDA, por meio das Resoluções nº 10/2015 e 11/2015, teve o enquadramento do projeto para aquisição de terreno para implantação de parque industrial. O Conselho Gestor arquivou o processo por não apresentação do projeto definitivo.

### 4.3. Financiamento de Médio Prazo

No ano de 2022, não houve aprovações e liberações das linhas FUNDEPAR / INVESTIMENTO e FUNDEPAR / INVESTIMENTO SUL.

### 5. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES a taxa de administração devida ao banco operador pelos serviços de administração e gestão, será de 2,1% (dois vírgula um por cento) ao ano calculado sobre o patrimônio líquido do mês anterior do fundo.

### 6. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Legislação Estadual:

- Lei nº 9.905 de 11/09/2012 – Institui o FUNDEPAR-ES;
- Decreto nº 3.176-R, de 19/12/2012 – Designa o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES;
- Lei 10.090 de 03/10/2013 – Revoga dispositivos da Lei nº 9.905/2012;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 01/2012 de 20/12/2012 – Aprova o Regulamento do FUNDEPAR-ES (alterada pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 28/2017 de 24/11/2017);
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 02/2013 de 04/12/2013 – Aprova condições da linha de financiamento FUNDEPAR-ES;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 03/2013 de 04/12/2013 – Aprova as condições para linha de financiamento FUNDEPAR-ES / Projeto (alterada pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 29/2017 de 24/11/2017);
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 07/2014 de 25/08/2014 – Aprova percentual

de recursos FUNDEPAR-ES para projetos localizados fora da área de abrangência da SUDENE e da Grande Vitória;

- Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2015 de 28/10/2015 – Aprova os critérios para apoio financeiro nas modalidades de emissão de debêntures e participação acionária;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 20/2016 de 29/02/2016 – Aprova minutas padrão de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, Termo Aditivo e Boletim de Subscrição;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 25/2017 de 25/07/2017 – Autoriza o resgate de parte dos recursos do FUNDEPAR-ES para aporte no Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado – FUNDESUL;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 28/2017 de 24/11/2017 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 01/2012 que aprovou o Regulamento do Fundo;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 29/2017 de 24/11/2017 – Aprova a criação do Programa FUNDEPAR-ES/FUNDESUL e da linha de financiamento específica para o programa;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 30/2017 de 21/12/2017 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2012 que aprovou os critérios para apoio financeiro nas modalidades de debêntures e participação acionária;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 31/2017 de 21/12/2017 – Altera Resolução FUNDEPAR-ES nº 17-2014 que aprovou condições operacionais ao Porto Central;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 32/2019 de 28/05/2019 – Aprova a criação da linha FUNDEPAR-ES / Investimento SUL;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 33/2019 de 28/05/2019 – Aprova a criação da Linha FUNDEPAR Investimento;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 34/2020 de 10/02/2020 – Aprova Critérios para Classificação de Risco;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 35/2020 de 10/02/2020 – Aprova a criação da linha para renegociação de financiamentos concedidos no âmbito do FUNDEPAR-ES;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 36/2020 de 23/04/2020 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 31/2017;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 37/2020 de 28/05/2020 – Aprova a rescisão contratual com a empresa Librelato S/A Implementos Rodoviários;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 38/2020 de 28/05/2020 – Aprova a alteração da Resolução FUNDEPAR-ES nº 37/2020;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 39/2020 de 08/12/2020 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 34/2020 que aprovou critérios para a classificação do risco de crédito;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 40/2021 de 08/12/2021 – Aprova a alteração dos anexos das Resoluções nºs. 32/2019, 33/2019, 35/2020 com redução de taxas de juros e del credere nas linhas de financiamento FUNDEPAR-ES / Investimento Sul / FUNDEPAR-ES / Investimentos e FUNDEPAR-ES Renegociação;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 41/2021 de 08/12/2021 – Aprova a manutenção no contrato FUNDEPAR-ES nº 84206 celebrado a Companhia de Alimentos UNIAVES S/A;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 42/2022 de 20/04/2022 – Aprova a alteração da Resolução nº 32/2019 sobre as condições e procedimentos da linha FUNDEPAR-ES / Investimento Sul;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 43/2022 de 20/04/2022 – Aprova a alteração da Resolução nº 33/2019 sobre as condições e procedimentos da linha FUNDEPAR-ES / Investimento;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 44/2022 de 20/04/2022 – Aprova a substituição de garantia fidejussória com a liberação de fiadores e o ingresso de novo fiados no contrato com a empresa Companhia de Alimentos UNIAVES S/A;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 45/2022 de 06/06/2022 – Cria grupo técnico no âmbito da Resolução nº 02/2013 – Linha Desenvolvimento Regional;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 46/2022 de 12/07/2022 – Aprova apoio financeiro a empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos;
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 47/2022 de 02/09/2022 – Aprovação a alteração da Resolução nº 042/2022 de 20/04/2022 que trata das condições da linha FUNDEPAR-ES / Investimento Sul.

Vitória – ES, 30 de março de 2023.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>	<b>123.951</b>	<b>120.930</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)</b>	<b>150.911</b>	<b>147.890</b>
<b>DISPONIBILIDADES (Nota 4)</b>	<b>36.153</b>	<b>23.031</b>	<b>Recursos do Governo Estadual</b>	<b>105.000</b>	<b>105.000</b>
BANDES	36.153	23.031			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)</b>	<b>71.470</b>	<b>93.825</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>45.911</b>	<b>42.890</b>
FUNDEPAR-ES Desenvolvimento Regional	46.155	60.074	Resultados Acumulados	42.890	42.930
Financiamentos	25.315	33.751	Lucro do Exercício	3.021	(40)
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)</b>	<b>4.183</b>	<b>4.074</b>			
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)</b>	<b>12.145</b>	<b>-</b>			
<b>PERMANENTE (Nota 8)</b>	<b>26.960</b>	<b>26.960</b>			
Investimentos	26.960	26.960			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>150.911</b>	<b>147.890</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>150.911</b>	<b>147.890</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>7.851</b>	<b>3.687</b>
Remuneração s/ Disponibilidades (Nota 4)	2.287	522
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 6)	109	29
Rendas de Operações / Repasses (Nota 5)	5.375	3.136
Reversão de Provisões de Operações de Crédito (Nota 5)	80	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.830)</b>	<b>(3.727)</b>
Despesas com SPREAD FUNDEPAR (Nota 10)	(161)	(582)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(29)	(41)
Despesas de Taxa de Administração (Nota 9)	(3.133)	(3.100)
Outras Despesas Administrativas	(259)	(4)
Provisões de Operações de Crédito (Nota 5)	(1.248)	-

**RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL**      **3.021**      **(40)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais)**

Eventos	Recursos Estaduais	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>105.000</b>	<b>42.890</b>	<b>147.890</b>
Resultado do Período	-	3.021	3.021
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>105.000</b>	<b>45.911</b>	<b>150.911</b>
Mutações do Exercício Social 2022	-	3.021	3.021

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PELO MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>3.021</b>	<b>(40)</b>
(+) Provisão de Operações de Crédito	1.168	-
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>4.189</b>	<b>(40)</b>
Operações de Créditos	21.187	6.479
Relações Interfinanceiras	(109)	(29)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>25.267</b>	<b>6.410</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(12.145)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(12.145)</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>13.122</b>	<b>6.410</b>

Início do Período      23.031      16.621  
Fim do Período      36.153      23.031

**VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**      **13.122**      **6.410**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais)**
**1. Contexto operacional**

O Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES foi criado pela Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012. A Lei atribuiu ao Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES a função precípua de disciplinar e administrar seus recursos e ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES a função de agente financeiro.



De acordo com a lei que o instituiu, integrarão o patrimônio do FUNDEPAR-ES: recursos orçamentários específicos, contribuição e doação de entidades públicas e privadas, repasses de instituições financeiras nacionais e internacionais, retorno proveniente das aplicações financeiras realizadas com recursos do FUNDEPAR-ES e outras fontes.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30 de março de 2023, pela Administração (Fundamento: Regulamento FUNDEPAR-ES, Capítulo II, Artigo 4º, Inciso XI).

## 3. Principais práticas contábeis adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica; e
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.
- A moeda funcional utilizada pelo FUNDEPAR-ES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

## 4. Disponibilidades no banco operador

Os recursos disponíveis no banco operador somam R\$ 36.153 (R\$ 23.031 em 2021); e são remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança (art. 5º do Regulamento do FUNDEPAR-ES). No período a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis somaram R\$ 2.287 (R\$ 522 em 2021).

## 5. Operações de crédito

Representa as operações de créditos e liberações efetuadas, remuneradas conforme quadro a seguir:

Remuneração	Quantidade de Operações		Posição em R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
a. FUNDEPAR desenvolvimento regional				
25% da Selic Meta a.a.	-	1	-	10.721
15% da Selic Meta a.a.	1	1	16.155	19.353
0% da Selic Meta a.a.	1	1	30.000	30.000
b. Financiamentos				
Selic Meta a.a.	60	73	10.489	15.232
Selic + 0 a 4% a.a.	12	12	10.989	13.548
Selic + 1 a 6% a.a.	1	1	4.592	4.457
Renegociação (Taxa Original Contrato +/- ou Taxa Acordo Renegociação)	3	3	412	514
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>92</b>	<b>72.637</b>	<b>93.825</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de operações de créditos.

As provisões para créditos de difícil liquidação são constituídas com base nas normas contábeis vigentes.

## 6. Títulos e valores mobiliários

### Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais, apropriados mensalmente em base pro-rata-die, a crédito de contas de resultado, sob o título rendas de títulos de renda fixa.

As debêntures conversíveis em ações serão convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de acordo com critério definido pelo FUNDEPAR-ES até o prazo final de carência previsto nas escrituras de emissão de debêntures e deverá efetivar-se, integralmente, no prazo de até um ano a contar da deliberação do Conselho Gestor.

## 7. Outros Valores e Bens

São compostos por imóveis disponíveis para venda (bens não de uso próprio), recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, R\$ 12.145 (R\$ 0 em 2021).

## 8. Investimentos

O Decreto nº 3650-R de 28 de agosto de 2014 determinou a utilização de recursos FUNDEPAR-ES para desapropriações previstas pelo Decreto nº 1825-S de 26 de agosto de 2013 e Decreto nº 1690-S de 01 de agosto de 2014.

Foi disponibilizado no exercício 2014 R\$ 26.960 ao Estado do Espírito Santo por meio de depósito judicial. Os valores referem-se às desapropriações de imóveis feitas pelo Estado do Espírito Santo, e representam o custo de aquisição dos referidos imóveis.

Os direitos decorrentes das ações de desapropriação serão integralizados no FUNDEPAR-ES, que cederá ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A os direitos sobre as glebas de terras em troca de debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da lei.

## 9. Remuneração do banco operador

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES a taxa de administração devida ao banco operador pelos serviços de administração e gestão do fundo, será de 2,1% (dois vírgula um por cento) ao ano, calculado sobre o patrimônio líquido do mês anterior do Fundo. No período, os valores pagos ao banco operador atingiram o montante de R\$ 3.133 (R\$ 3.100 em 2021).

## 10. Relações com banco operador

O FUNDEPAR-ES tem o BANDES como parte relacionada por ser o gestor financeiro e operador/administrador conforme definido no artigo 13º da Lei Estadual nº 9.905 de 11/09/2012, que compreende, dentre outras determinações legais, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo a análise de projetos, aprovação de financiamentos e o acompanhamento de sua implantação, liberação de recursos e cobranças administrativas e judiciais dos créditos do FUNDEPAR-ES, atuando como seu mandatário.

No quadro adiante estão demonstrados os recursos disponíveis e resultados de transações, decorrentes do relacionamento com o banco operador:

	2022	2021
<b>Banco Operador</b>		
Disponibilidades	36.153	23.031
<b>FUNDEPAR-ES</b>		
Despesas de administração	(3.133)	(3.100)
Despesa com spread FUNDEPAR-ES	(161)	(582)
Rendas sobre disponibilidades de recursos	2.287	522

No período, o fundo recebeu remuneração pelos recursos disponíveis, atualizados com base na taxa adotada nas cadernetas de poupança, no total de R\$ 2.287 (R\$ 522 em 2021).

## 11. Patrimônio líquido

- O Patrimônio líquido apurado no período totaliza R\$ 150.911 (R\$ 147.890 em 2021).

- Recursos do Governo Estadual – referem-se aos recursos orçamentários do Governo do Espírito Santo.

- Em 30 de outubro de 2012, por meio do Decreto nº 2096-S foi aberto aos encargos gerais do estado crédito especial de R\$ 200.000 para integralização no Fundo. Na data de 20 de dezembro de 2012, na 1ª Reunião do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi autorizada a emissão de 200.000 mil cotas no valor unitário de R\$ 1,00 para subscrição e integralização pelo governo estadual. Em 26 de abril de 2013, com o crédito de R\$ 200.000 efetivado na conta bancária do FUNDEPAR-ES, decorrente da liquidação do empenho da administração pela SEFAZ-ES em 25 de abril de 2013, conforme NL 12560/2013, foi efetuada a integralização das cotas emitidas.

- Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos do Fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A – BANDES no total de R\$ 70.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2015.

- Em 20 de dezembro de 2016 o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A – BANDES no valor de R\$ 25.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2016.

- Resultados acumulados de exercícios anteriores R\$ 45.911 (R\$ 42.890 em 2021).

- Resultado apurado no exercício social R\$ 3.021 (-R\$ 40 em 2021).

## 12. Efeitos COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício social de 2022, e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente possíveis variações nos resultados.

## 13. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é,

evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. No período, não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações financeiras.

#### 14. Política de divulgação das informações

Mais informações sobre o FUNDEPAR-ES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do site [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br);
- Sistema "bandes atende" no tel.: 0800-2834202.

#### FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO

**SANTO – FUNDEPAR-ES por seu agente financeiro**  
**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.**

#### Diretoria Executiva

Marcelo Barbosa Saintive – Diretor-Presidente  
Marcos Kneip Navarro – Diretor de Negócios  
Sávio Bertochi Caçador – Diretor de Administração e Finanças  
Cláudio Roberto Saad – Diretor Operacional

#### Contador Geral

Valdir dos Santos – CRC/ES 13.555/O-3

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022

Aos

**Diretores e demais Administradores do**

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES**

**Instituído pela Lei Estadual nº 9.905/2012 e Operado pelo**

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES**

Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 12º andar - Centro - Vitória/ES – CEP. 29.010-906

**CNPJ(MF) nº 17.361.567/0001-96 – Site: [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br)**

Prezados(as) Senhores(as),

#### 1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

#### 2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

#### 4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e do Banco Operador.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e do Banco Operador. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança da Entidade e do Banco Operador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#### 5. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente (RAI) foi emitido em 07 de março de 2022, sem modificação de opinião.

Recife/PE, 30 de março de 2023

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327**

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES  
**Sócio Sênior – CNAI 1552**

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES  
**CNAI 4747**

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES  
**CNAI 4850**